

Destaque 15.º Congresso da CGTP



Isabel Camarinha deixa a liderança da CGTP no congresso que hoje se inicia

Novas formas de trabalho “retiraram o tapete” aos sindicatos

Teletrabalho e plataformas digitais colocam “exigências acrescidas” e obrigam a “romper com práticas cristalizadas”. Mas o foco da CGTP continuará a ser os locais de trabalho

Raquel Martins

O teletrabalho, o trabalho em plataformas digitais ou a externalização de serviços vieram para ficar e “colocam exigências acrescidas aos sindicatos e ao trabalho de sindicalização”, alerta a CGTP no programa de acção para os próximos quatro anos – que será discutido e aprovado no 15.º Congresso da Inter-sindical que tem lugar, hoje e amanhã, no Seixal. Mas embora reconheça que é preciso “romper com rotinas e práticas cristalizadas”, a central sindical continua a colocar o foco da sua acção nos locais de trabalho quando há um número crescente de pessoas que trabalham a partir de casa, em regimes híbridos ou sem qualquer ligação com um local de trabalho.

Isabel Camarinha, que deixa a liderança da CGTP neste congresso por ter atingido o limite de idade, reconheceu, em entrevista ao PÚBLICO, que é preciso apostar em novas formas de contacto com os trabalhadores e nos meios digitais. Contudo, afirmou, “a esmagadora maioria dos trabalhadores continua a desenvolver a sua actividade nos locais de traba-

lho” e, por isso, é aí que a acção dos sindicatos se deve manter.

Para Hermes Costa, sociólogo e professor na Universidade de Coimbra, as novas formas de trabalho potenciadas pela pandemia “retiraram o tapete aos sindicatos” e trazem desafios à sua representatividade e organização, obrigando-os a reagir.

“Creio que está a ser afectada não apenas a dimensão mais intuitiva da representatividade, mas igualmente outras formas de representatividade de recorte mais qualitativo, relacionadas com o grau de cobertura da população activa empregada pelas convenções colectivas de trabalho, a abrangência dos locais de trabalho pelos sindicatos, os aspectos inerentes à conflitualidade laboral, a potencial influência das organizações sindicais na formação das políticas públicas ou ainda a efectiva capacidade de mobilização social”, sublinha.

“Os sindicatos deviam pelo menos tentar adaptar-se de forma mais pronunciada aos novos tempos e procurar aproveitar as novas tecnologias para treinar filiados e simpatizantes para um activismo digital”, sugere. Esse tem sido, lembra, “o trunfo que

outros movimentos, ditos inorgânicos, têm utilizado com forma de apoio ou de criarem maior impacto e mobilização junto da opinião pública ou de populações não sindicalizadas”.

Também o sociólogo Elisio Estanque defende que, com o mundo digital a expandir-se para todas as direcções, é importante que os sindicatos “ainda com uma grande representatividade” procurem novas formas de difundir a sua mensagem através das plataformas digitais. Os sindicatos, afirma, têm consciência dos desafios que têm pela frente e é por isso que deviam apostar em novos canais de comunicação e usar o digital em benefício próprio.

A única vez que o programa de acção se debruça sobre esta problemática é para falar na necessidade de “reflectir” sobre as potencialidades das novas formas de comunicação, nomeadamente para alargar o alcance da propaganda sindical e levar a “mensagem” a mais trabalhadores, mas sem se comprometer com medidas em concreto.

Além de aprovar as linhas de acção da CGTP para os próximos quatro anos, o congresso ficará marcado pela renovação de um quarto dos dirigentes dos órgãos da central sindical, incluindo a secretária-geral, Isabel Camarinha, que atingiu o limite de idade e será substituída no cargo por Tiago Oliveira de 43 anos e coordenador da União de Sindicatos do Porto (USP).

Para Hermes Costa, a escolha de um líder relativamente jovem poderia, em teoria, “abrir caminho para uma percepção mais arejada da intervenção dos sindicatos”, tal como, “há quatro anos, a figura de uma mulher seria uma forma de combater, pelo menos para o exterior, o menor protagonismo das mulheres nos sindicatos”. A realidade veio mostrar que “estas mudanças na estrutura estão longe de anunciarem mudanças de práticas”, lamenta.

Minorias desafiam líder

Entre as várias correntes de opinião política e ideológica que compõem a CGTP, o nome indicado pela comissão executiva para secretário-geral reúne algum consenso, mas socialistas e bloquistas desafiam Tiago Oli-

Nome indicado para secretário-geral reúne algum consenso, mas PS e BE desafiam Tiago Oliveira a abrir comissão executiva aos minoritários

veira a abrir a central a uma maior participação das tendências minoritárias.

Fernando Gomes, da corrente sindical socialista e membro da comissão executiva, nada tem a apontar ao novo líder em termos pessoais e sindicais. O problema, diz, reside na sua ligação ao PCP (é membro do comité central) e nas consequências que isso tem no modo de funcionamento da Intersindical.

“Do ponto de vista pessoal e humano, nada temos a apontar, mas estamos em campos diferentes. Nós defendemos que deve haver mais democracia no funcionamento da CGTP e tudo indica que os órgãos da central vão continuar fechados do ponto de vista político e ideológico”, critica, defendendo que haja uma maior representatividade dos socialistas e dos dirigentes do Bloco de Esquerda nos órgãos da central.

Do lado do BE, Nelson Silva, dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisuais e um dos 147 membros do conselho nacional, destaca o trabalho positivo feito por Tiago Oliveira na USP. “Esperamos que continue esse trabalho e que possa abrir mais a central à participação das tendências minoritárias”, destaca.

Numa resposta conjunta enviada ao PÚBLICO, os cinco conselheiros nacionais da corrente do BE desafiam o novo líder a abrir os órgãos da central sindical a todas as tendências. “O novo secretário-geral indicado pela actual comissão executiva, que conhecemos razoavelmente bem, teria o nosso apoio se desse já um sinal diferente e assumisse a democracia plena nos diversos órgãos da central. Pode e deve fazê-lo, pois será ele que coordenará a linha da CGTP no próximo mandato com um colectivo que pode ter coesão se houver pluralidade e ninguém ficar de fora”, defendem.

Estes dirigentes defendem a entrada de representantes da corrente de opinião política ideológica do BE na comissão executiva da CGTP.

A composição deste órgão, que pode ter até 30 elementos, só deverá ficar fechada durante o congresso. Mas a avaliar pelas palavras de Isabel Camarinha, as pretensões das minorias não serão atendidas e a comissão executiva continuará a ter dirigentes dos principais sindicatos e as tendências comunista, católica e socialista que estiveram na fundação da Intersindical em 1970.

Sérgio Branco, professor universitário e um dos rostos da corrente católica na actual comissão executiva, considera que o novo líder “traz o rejuvenescimento necessário e tem condições para ficar mais tempo à frente da central”. “É alguém respeitado pelas várias tendências, tem uma abordagem directa e uma experiência valiosa na promoção da unidade”, faz notar.

com Ana Begonha

Uma relação que precisa evoluir

CGTP continua a ser uma ‘arma’ do PCP mas já não basta e falta ‘reflexão interna’

Ana Bacelar Begonha

A pesar de ter vindo a perder alguma expressão, a CGTP continua a ser “fundamental” para o PCP ter “influência” na sociedade e junto dos governos, sobretudo no actual ciclo político. E há até quem aponte que a ligação tem sido e deverá ser reforçada. Mas, se a consideram importante, os sociólogos e politólogos ouvidos pelo PÚBLICO também pedem uma “reflexão interna” sobre essa relação, para aumentar a “democraticidade” e a inovação, num momento em que a central sindical se prepara para mudar de líder.

É o caso do sociólogo Elisio Estanque, para quem a CGTP, embora “tenha vindo a perder força, como o sindicalismo em geral”, ainda tem “uma representatividade muito significativa” e “tem-se revelado, cada vez mais, um instrumento fundamental” para que o PCP “consiga manter a sua influência na sociedade”. O PCP “sabe que o campo sindical é a sua arma mais importante hoje em dia”, diz ao PÚBLICO.

Segundo o investigador do Centro de Estudos Sociais, o partido tem, aliás, ao contrário das restantes forças políticas – que critica por terem “secundarizado o sindicalismo” –, mantido uma “hegemonia dentro da CGTP”. Muito fruto do seu modo de funcionamento: um “excesso de centralismo e uma obsessão em manobrar e comandar as decisões” relacionados com a sua “ortodoxia”.

Essa realidade tem tornado os “comportamentos” da CGTP “mais previsíveis”, na óptica do professor

universitário, que identifica vantagens e desvantagens. Por um lado, o poder político pode “antever e programar como manter o diálogo social”. Por outro, isso provoca “desgaste”.

O sociólogo avisa, por isso, que, particularmente num momento de “declínio” eleitoral do PCP, é necessária uma “postura mais aberta ao diálogo e capaz de imprimir uma reflexão interna” que resulte em “aprofundar a democraticidade interna” e “modernizar o sindicalismo”. Será possível? A eleição de Tiago Oliveira como secretário-geral da CGTP pode trazer “alguma mudança”, mas é um “dirigente vinculado à corrente do PCP”, aponta.

Na mesma linha, Hermes Augusto Costa, professor da Universidade de Coimbra, defende que a CGTP continua a ser o “braço armado do PCP”, representando a “última réstia de esperança para” o partido “ter uma base social de apoio”. E que houve até uma “aproximação com este acto eleitoral” de 10 de Março, visto que “a própria CGTP reforçou o apelo ao voto” no partido. Com um eventual governo de direita à espreita, “este

Tiago Oliveira na liderança da CGTP pode assegurar “alguma mudança”, mas é um “dirigente vinculado à corrente do PCP”



Na CGTP existem correntes minoritárias ligadas a outros partidos

ciclo político é um momento para reforçar essa articulação de ambas as partes”, aponta.

O problema é que isto “cria divisionismo” interno e coloca em causa a “autonomia” da CGTP, segundo o sociólogo, que prevê que “vamos continuar a assistir à tentativa das correntes minoritárias de mostrarem que existem”. É a dificuldade de “ocupação de espaços de participação” por parte da CGTP, já que, “do ponto de vista da conciliação, tem sempre uma posição muito defensiva”. A mudança para um líder mais novo até pode ser “um sinal positivo”, mas no programa da CGTP ao congresso encontra-se o “mesmo discurso”, sem “rasgo de novidade”, como nas questões do trabalho digital, critica.

Problema “ultrapassado”

Já o politólogo Marco Lisi alerta que se a CGTP “continua a ser fundamental” para o PCP – e até houve uma “maior convergência” durante a maioria absoluta –, seja porque a “classe trabalhadora é um eleitorado importante” ou porque “o mundo do trabalho é fundamental” para o partido, a expressão do sindicato é “cada vez menor” e “não é suficiente” para travar a perda eleitoral dos comunistas.

Ao contrário dos sociólogos, o professor da Universidade Nova de Lisboa não tem uma visão negativa sobre o peso do PCP na CGTP, já que considera que “o problema” da falta de diálogo com as correntes de outros partidos foi “ultrapassado”, nomeadamente durante a “geringonça”. E até defende que “o PCP tem de continuar a apostar na CGTP” e em “incentivar” a sindicalização.

Falta é ver se essas pontes asseguram “ganhos”, isto é, se a “CGTP pode usar o PCP para negociar com o PS uma legislação mais favorável” ao sindicato, algo que não aconteceu durante a governação de António Costa. Uma coisa é “provável”: que a “mobilização e a convergência entre a CGTP e o PCP venham ao de cima” durante a próxima governação, em que não se antevê um período económico “tão positivo”.

Ainda assim, o cientista político alinha com os restantes especialistas ao considerar que é necessária uma “relação mais aberta e inovadora”, no sentido de “agregar novos grupos sociais”. “Faz todo o sentido que haja uma maior flexibilidade da CGTP para que possa ser uma plataforma de convergência” à esquerda, focada não tanto “em questões partidárias do curto prazo”, mas mais em “reformas estruturais”, sugere.

15.º Congresso
CGTP continua
a ser uma
“arma” do PCP
mas não basta

CGTP muda de líder num congresso
marcado pelos novos desafios do tra-
balho **Destaque, 2/3 e Editorial**

ISSN-0872-1548